

ROGÉRIO SANCHES CUNHA  
RENEE DO Ó SOUZA

# LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL

Lei 12.846/2013

**4<sup>a</sup>** edição

revista, atualizada  
e ampliada

2022

1220397



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Futura ([rogerio@futuraeditoracao.com](mailto:rogerio@futuraeditoracao.com))

**Capa:** Ana Caquetti

F972I Cunha, Rogério Sanches.  
Lei Anticorrupção Empresarial / Rogério Sanches Cunha e Renee Souza. – 4. ed., rev.  
atual. e ampl. – São Paulo: Ed. JusPodivm, 2022.  
480 p.

Inclui bibliografia.  
ISBN 978-65-5680-550-4.

1. Legislação. 2. Anticorrupção Empresarial. I. Cunha, Rogério Sanches. II. Souza, Renee.  
III. Título.

CDD 341.55172

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

Introdução e panorama internacional do combate à corrupção:.....	23
Natureza jurídica:.....	32
Fundamento constitucional: .....	37

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º.....	42
Sujeitos ativos dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção: .....	42
Não-concorrência com o sistema da Lei de Improbidade Administrativa: .....	44
Sujeito Passivo dos atos ilícitos da Lei Anticorrupção: .....	45
Art. 2º.....	47
Art. 3º.....	53
Responsabilidade dos dirigentes:.....	53
Art. 4º.....	57
Sucessão de pessoas jurídicas:.....	57
Alienação de empresa falida e sucessão das obrigações anticorrupção:.....	58

## CAPÍTULO II

### DOS ATOS LESIVOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NACIONAL OU ESTRANGEIRA

Art. 5º.....	59
Introdução aos tipos da Lei Anticorrupção:.....	60
Rol exemplificativo:.....	62
Corrupção privada: .....	63
Conceito de administração pública: .....	64

Corrupção ativa .....	64
Financiamento à corrupção.....	69
Utilização dissimulada de interposta pessoa.....	70
Fraude ao caráter competitivo da licitação.....	72
Perturbação de processo licitatório.....	77
Afastamento de licitante .....	78
Estelionato licitatório.....	79
Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	83
Manipulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.....	85
Obstrução da investigação.....	87

### CAPÍTULO III

#### DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 6º .....	90
Introdução: .....	91
Pena de multa: .....	93
Publicação extraordinária da decisão condenatória: .....	99
Dosimetria das penas:.....	101
Art. 7º.....	105
Circunstâncias e parâmetros para fixação da pena e a discricionariedade regrada: .....	105
Teoria das margens:.....	106
Definição de <i>compliance</i> :.....	114
Parâmetros de um programa de integridade: .....	120
<i>Compliance Officer</i> : .....	128
A posição de garante do <i>Compliance Officer</i> na legislação brasileira: .....	131
Efeitos do <i>Compliance</i> : .....	138
Natureza da norma que instituiu o programa de integridade ou <i>Compliance</i> :..	141
<i>Compliance</i> como instrumento de combate à corrupção: .....	146
Prognóstico do <i>Compliance</i> : .....	150
<i>Compliance</i> criminal: .....	151
<i>Compliance</i> em direitos humanos .....	158
<i>Compliance</i> administrativo ou público .....	159
<i>Compliance</i> ambiental: .....	160
<i>Compliance</i> trabalhista.....	161

## SUMÁRIO

<i>Compliance</i> tributário .....	161
<i>Compliance</i> bancário .....	161
<i>Compliance</i> digital .....	162
<i>Compliance</i> desportivo .....	162
<i>Compliance</i> médico.....	162

**CAPÍTULO IV**  
**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
**DE RESPONSABILIZAÇÃO**

Art. 8º.....	163
Introdução .....	163
Verificação preliminar:.....	165
Legitimidade ativa para processo administrativo:.....	169
Delegação da competência para instaurar o processo administrativo: .....	170
Competência da CGU: .....	171
Art. 9º.....	172
Legitimidade administrativa para ilícitos internacionais:.....	172
Art. 10. ....	173
Regime constitucional do processo administrativo:.....	174
Comissão processante:.....	175
Procedimentos gerais:.....	176
Art. 11. ....	180
Direito de defesa no processo Administrativo: .....	180
Art. 12. ....	182
Relatório final, alegações finais, julgamento e recurso: .....	182
Art. 13. ....	185
Procedimento de reparação de danos:.....	185
Art. 14. ....	186
Desconsideração da personalidade jurídica: .....	186
Art. 15. ....	190
Comunicação ao Ministério Público:.....	190

**CAPÍTULO V**  
**DO ACORDO DE LENIÊNCIA**

Art. 16. ....	192
Conceito e origem do Acordo de Leniência: .....	193

Natureza Jurídica do Acordo de Leniência: .....	197
A ética do Acordo de Leniência:.....	198
Condições do Acordo de Leniência:.....	201
Requisitos do Acordo de Leniência:.....	204
Legitimidade para celebração do Acordo de Leniência:.....	212
Papel do Tribunal de Contas no Acordo de Leniência:.....	217
Acordos de Leniência e o problema da legitimidade concorrente e disjuntiva:	218
Efeitos do Acordo de Leniência: .....	220
Limites e condições possíveis em um Acordo de Leniência:.....	224
Cláusulas mínimas do Acordo de Leniência:.....	226
Publicidade do Acordo de Leniência:.....	233
Proposta de Acordo de Leniência recusada:.....	234
Descumprimento do Acordo de Leniência:.....	236
Revisão e Modificação do Acordo de Leniência: .....	240
Homologação do Acordo de Leniência: .....	241
Impossibilidade de modificação das cláusulas negociadas: .....	243
Valor probatório das declarações prestadas em um Acordo de Leniência:.....	243
Anulação do Acordo de Leniência:.....	244
Interrupção da prescrição: .....	244
Art. 17. ....	245
Acordo de leniência e acordo de não persecução cível: .....	245
Acordo de Leniência nas infrações da Lei de Licitações: .....	246

## CAPÍTULO VI

### DA RESPONSABILIZAÇÃO JUDICIAL

Art. 18. ....	247
Instância civil de responsabilidade da pessoa jurídica:.....	247
Art. 19. ....	248
Legitimidade ativa para ação de responsabilidade objetiva por ato de corrupção:.....	249
Sanções cíveis ou judiciais previstas na Lei Anticorrupção:.....	251
Rescisão do contrato: .....	257
Art. 20. ....	258
Responsabilidade Judicial suplementar à administrativa: .....	258

## SUMÁRIO

Art. 21. ....	259
Microssistema da ação coletiva: .....	259
Competência:.....	260
Considerações gerais:.....	260
Condenação em reparar o dano:.....	263
Obrigatoriedade da execução da ação coletiva:.....	264

CAPÍTULO VII  
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 22. ....	264
Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP:.....	265
Art. 23. ....	267
Dever de informação: .....	268
Art. 24. ....	268
Destinação dos valores e bens decorrentes da aplicação da Lei:.....	268
Art. 25. ....	270
Prescrição:.....	270
Prescrição intercorrente:.....	274
Art. 26. ....	275
Art. 27. ....	275
Dever de agir da autoridade pública:.....	275
Art. 28. ....	278
Aplicação extraterritorial: .....	278
Art. 29. ....	279
Art. 30. ....	279
A independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Improbidade:.....	279
Efeitos transversais do Acordo de Leniência .....	283
Independência da Lei Anticorrupção em face da Lei de Licitações:.....	291
Art. 31. ....	292
Quadro comparativo entre Lei de Improbidade e Lei Anticorrupção Empresarial.....	293
Periódicos: .....	308

<b>ANEXO 1</b>	
Foreign Corrupt Practices Act – FCPA.....	311
Cláusulas Anti-Suborno e sobre Livros e Registros Contábeis da Lei Americana Anti-Corrupção no Exterior .....	311
<i>Atualizada até a Lei de Direito Público Pub. L. 105-366 (10 de novembro de 1998).....</i>	<i>311</i>
Código federal dos EUA título 15. comércio e negociação capítulo 2b - bolsas de valores .....	311
<b>ANEXO 2</b>	
UK Bribery Act.....	333
Bribery act 2010 – Crimes Gerais de Corrupção.....	333
<b>ANEXO 3</b>	
Decreto Nº 8.420, de 18 de março de 2015 .....	347
<b>ANEXO 4</b>	
Decreto Nº 3.678, de 30 de novembro de 2000 .....	363
<b>ANEXO 5</b>	
Decreto Nº 4.410, de 7 de outubro de 2002 .....	373
<b>ANEXO 6</b>	
Decreto Nº 5.687, de 31 de janeiro de 2006.....	385
<b>ANEXO 7</b>	
Portaria conjunta CGU Nº 2.279, de 9 de setembro de 2015.....	433
<b>ANEXO 8</b>	
<i>Checklist de programa de integridade ou compliance .....</i>	<i>441</i>
<b>ANEXO 9</b>	
Modelo de Decreto para aplicação da Lei Anticorrupção no âmbito municipal	447
<b>ANEXO 10</b>	
Lei Nº 6112 DE 02/02/2018 .....	461
<b>ANEXO 11</b>	
Modelo de Acordo de Leniência.....	467
<b>ANEXO 12</b>	
Modelo de ação por prática de ato ilícito previsto na Lei 12.846/2013.....	473